



Universidade de Brasília  
Faculdade de Educação  
Curso de Especialização em  
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

**ANITA CARVALHO SANTOS**

**PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO – PBA, UM OLHAR  
SOB A INTERSECÇÃO GÊNERO, RAÇA E IDADE**

Brasília-DF

2014

**ANITA CARVALHO SANTOS**

**PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO – PBA, UM OLHAR  
SOB A INTERSECÇÃO GÊNERO, RAÇA E IDADE**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Sílvia Ester Orrú

Brasília – DF

2014

Santos, Anita Carvalho.

Programa Brasil Alfabetizado-PBA, um olhar sob a intersecção gênero, raça e idade/ Anita Carvalho Santos. – Brasília – 2014.

48 f. : il

Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília – UnB/ Faculdade de Educação- Fe – EaD, 2014.

Orientadora: Profa. Dra. Sílvia Ester Orrú  
Faculdade de Educação.

1 Gênero. 2 Raça. 3 Velhice. 4 Programa Brasil Alfabetizado.

# **TERMO DE APROVAÇÃO**

**ANITA CARVALHO SANTOS**

## **PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO – PBA, UM OLHAR SOB A INTERSECÇÃO GÊNERO, RAÇA E IDADE**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça da aluna

**ANITA CARVALHO SANTOS**

---

(Orientadora: Profª Dra. Sílvia Ester Orrú )

---

(Examinadora: Profª Silmara Carina)

Brasília, 02 de julho de 2014.

[...] Não te deixes destruir...

Ajuntando novas pedras

e construindo novos poemas.

Recria tua vida, sempre, sempre.

Remove pedras e planta.

Roseiras e faz doces.

Recomeça.

Faz de tua vida mesquinha um poema.

E viverás no coração dos jovens

e na memória das gerações que hão de vir.

Esta fonte é para uso de todos os sedentos.

Toma a tua parte.

Vem a estas páginas e não entres seu uso

aos que têm sede.[...]

Cora Coralina <sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://pensador.uol.com.br/frase/NTMyMTg2/>

## **DEDICATÓRIA**

O presente trabalho é dedicado a minha família, em especial, à memória de meu querido pai que partiu para o outro plano da vida, e a minha querida mãe que, com dignidade e amor, me receberam neste mundo e muito desejaram que eu continuasse meus estudos.

Dedico também aos amigos e colaboradores que tornaram possível este trabalho.

Presto homenagem, com esse trabalho, às Mulheres que acreditam num futuro melhor, fizeram e fazem parte de uma história de lutas e de sucesso.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, que me deu forças para seguir em busca de um ideal, o qual me concebeu a benção da Vida por meio de meus pais que são a razão de minha existência.

Agradeço também aos meus familiares, aos amigos e aos professores que colaboraram para o meu sucesso, ao longo do curso. Acredito que ninguém cresce sozinho, todos crescem e evoluem com o auxílio do outro.

Agradeço à Orientadora Prof<sup>a</sup> Dra. Sílvia Ester Orrú, bem como à Tutora do Curso Mariana Létti, além da Coordenadora Renísia Garcia pela dedicação e boa vontade, ao longo do curso.

Agradeço à Prof<sup>a</sup> Mestra e amiga lêda Maria Costa Melo pelo profissionalismo e amizade, com a qual posso contar em todos os momentos.

Enfim, agradeço a muitas outras pessoas, que contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui. Pessoas muito especiais que fizeram a diferença em minha vida.

## RESUMO

A pesquisa objetivou averiguar a inclusão da especificidade gênero, raça e idade no Programa Brasil Alfabetizado–PBA. Utilizou-se de uma pesquisa de revisão de literatura e análise documental para identificar as evidências do analfabetismo neste público, bem como investigou a inclusão da especificidade gênero, raça e idade apresentando o PBA. Concluiu-se que a articulação das Políticas Sociais realizadas pelo Governo Federal brasileiro atrela a participação de seus beneficiários ao PBA e a legislação deste acentua a inclusão de públicos diversos. Constatou-se a escassez de trabalhos acadêmicos com este tema. Ao final, sugere-se a inserção da Educação antirracista e a atenção à escolaridade do/a idoso/a, por tratar-se de um Programa em execução com estudos acadêmicos futuros.

Palavras-chave: Gênero. Raça. Idade. Velhice. Programa Brasil Alfabetizado.



## **ABSTRACT**

The research aimed at investigating the inclusion of specific gender, race and age in PBA-Literate Brazil Program. We used a survey of the literature review and document analysis to identify the evidence of illiteracy in this audience; and investigated the inclusion of specific gender, race and age presenting PBA. It was concluded that the articulation of social policies undertaken by the Federal Government links the participation of its beneficiaries the PBA and the legislation of that accentuates the inclusion of diverse audiences. Noted the scarcity of scholarly work with this theme, the end suggested the inclusion of anti-racist education, attention to schooling/ the elderly/ a, because it is a program running future academic studies.

Keywords: Gender.Race.Old Age.Program Literate Brazil.

## LISTA DE ABREVIATURAS

CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEB	Câmara de Educação Básica
CF	Constituição Federal
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNEA	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
CNBB	Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CONFINTEA	Conferências Internacionais de Educação de Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Para Todos
FNB	Frente Negra Brasileira
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GPPGER	Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OECD	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAS	Programa de Alfabetização Solidária
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PBF	Programa Bolsa Família
PNAC	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
TEM	Teatro Experimental do Negro
SBA	Sistema Brasileiro Alfabetizado
SEB	Secretaria de Educação Básica.
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEEA	Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
1 OBJETIVO.....	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
3 METODOLOGIA.....	37
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	39
5 CONSIDERAÇÕES ATUAIS.....	42
6 REFERÊNCIAS.....	45

## APRESENTAÇÃO

A autora deste ao cursar a graduação em Pedagogia, nos anos de 2007 a 2010, uma das disciplinas da grade escolar despertou-lhe atenção: Trabalho Pedagógico nos Diferentes Contextos Sociais, que abordava, entre outros temas, a história da Mulher.

O período do estágio supervisionado representou um legado de aprendizado proporcionado pelo contato com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), cujo público maior era constituído por mulheres pardas e negras, jovens e idosas, fato que permitiu a esta pesquisadora, autora deste trabalho, travar conhecimento com suas lutas, perspectivas e histórias que perpassavam traços de relação de poder, assimetria de gênero, preconceito, discriminação racial, discriminação geracional, analfabetismo, entre outros aspectos.

Como pesquisa de conclusão do curso de Pedagogia, a mesma interessou-se por pesquisar sobre as contribuições da Educação de Jovens e Adultos acerca da autoestima de um grupo de mulheres acometidas por uma doença crônica, o câncer. Estas iniciavam ou retornavam aos bancos escolares e eram participantes do Projeto Ler e Escrever, realizado pela Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas- FACITEC. Este trabalho possibilitou-lhe verificar principalmente, pelos relatos colhidos na pesquisa de campo, a importância atribuída por estas mulheres ao ato de aprenderem a ler e a escrever, deixando no passado, o analfabetismo. Esta pesquisa levou ainda, a autora deste estudo, a ampliar estudos e interesses sobre a temática diante da importância que a mesma inspira.

A história da mulher relata fatos como a escravização cruel e perversa que representou um grande período de perdas, privação de direitos e estigmas que atingiram sobremaneira este público, pois a mulher negra idosa, sem direito à escolarização, agregou em si pontos de vulnerabilidades que perpassaram a condição de gênero em que a mulher era entendida como um ser inferior; a questão racial que abarcou estigmas de serviçal, mucama, objeto sexual; o fator natural do envelhecimento que a remeteu à invisibilidade, à indiferença e ao descarte quando da sua força de trabalho precária (salvo exceções) e à condição de analfabetismo que a excluiu e, ainda a exclui de caminhos que pudessem e possam garantir um emprego melhor; maior respeitabilidade e maior dignidade.

A promulgação da Lei nº 3.353, em 13 de maio de 1888, marcou o fim da escravidão, mas ao mesmo tempo, marcou o início de um longo período de lutas no sentido de uma vida mais digna, evidenciada no período da pós-abolição em que centenas de homens e mulheres, negros e negras, em sua esmagadora maioria analfabetos/as recém-libertos/as, viram-se desamparados (as) por parte de políticas que atendessem as suas demandas.

O analfabetismo representou, para a maioria desta população, outro fator de exclusão, um dos tristes e amargos frutos do período escravocrata que deixou marcas que se refletiram, desde o início do século XIX, nos dados censitários que motivaram lutas engendradas pelos movimentos negros por conquistas de direitos em todos os níveis que perpassavam também a educação.

O século XX foi marcado por iniciativas dos governos federais no combate ao analfabetismo por meio de campanhas, planos e programas (que não surtiram os resultados almejados), além de trazer importantes avanços na promulgação de leis e criação de políticas educacionais pontuando o reconhecimento de direitos para as chamadas “minorias” em que se incluem as mulheres, negros/as e idosos/as.

Permeando as conquistas de direitos sobre a intersecção Gênero, Raça e Idade, a Constituição Federal de 1988, vigente no Brasil, elaborada com a ampla participação da sociedade e dos movimentos de mulheres e feministas contemplou diversos direitos. Dentre eles, o texto trouxe a isonomia na igualdade de todos perante a lei, em que homens e mulheres passaram a gozar dos mesmos direitos e deveres. Quanto aos direitos humanos, foi estabelecida a proibição da tortura e do tratamento desumano ou degradante e punição a qualquer discriminação aos direitos e liberdades fundamentais como o racismo. No que tange aos direitos sociais determinou o amparo ao idoso/a por parte da família, sociedade e do Estado (CORTÊS, 2012).

A Carta Magna brasileira de 1988 representou para as chamadas “minorias” novas perspectivas como a conquista da inclusão de suas demandas, principalmente do direito à educação que adquiriu *status* de relevância. A concepção da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) atribuiu a Educação como um direito de todos, fator preponderante de desenvolvimento, inclusão e empoderamento e impulsionou à comunidade internacional acordada, a criação de políticas que assegurassem o combate ao analfabetismo promovendo a educação para todos.

O propósito de investigar sobre questões de gênero, raça e idade relacionadas a diversos contextos da sociedade, sejam as desigualdades raciais e sociais, e as relativas à saúde, mercado de trabalho, educação, dentre outras, colabora para discussões acerca da ausência deste público nos espaços formais e aspectos sobre as diversas formas de manifestação de racismo como discriminações vinculadas pela mídia ou por instituições de ensino, no ambiente escolar, entre outras.

Foi possível constatar a predominante escassez de trabalhos acadêmicos sobre o objeto de investigação da presente pesquisa: o Programa Brasil Alfabetizado- PBA, criado em 2003 sob o Decreto nº 4.834 de 08 de setembro, que constitui o programa de erradicação do analfabetismo do século XXI, em execução há quase 11 anos e, atualmente, vigente no Brasil, situando-o como uma política pública e maiores discussões sobre o mesmo e a intersecção gênero, raça e idade.

Neste contexto, acredita-se na relevância da pesquisa que busca o refletir de uma política pública, o Programa Brasil Alfabetizado-PBA, sob o viés das desigualdades existentes historicamente nas vulnerabilidades: Gênero, Raça, Idade e Analfabetismo.

Este trabalho apresenta o Objetivo Geral; A Fundamentação Teórica em que se buscou identificar o Analfabetismo no século XX, na interseção gênero, raça e idade, recorrendo-se aos estudos de teóricos, dentre eles: Nepomuceno (2010); Gonçalves e Silva (2007); Cavalleiro (2006); Rosemberg e Piza (1986). Intentou-se investigar a inclusão das especialidades gênero, raça e idade apresentando o Programa Brasil Alfabetizado-PBA: O Programa de Erradicação do Analfabetismo do século XXI; Utilizou-se as publicações do Ministério da Educação-MEC (2004, 2006, 2011) , artigos, além de informações de sites da internet; A Metodologia utilizada foi a pesquisa de revisão de literatura e análise documental de natureza qualitativa; Os Resultados demonstram as discussões sobre o tema e as Considerações atuais acerca da pesquisa realizada.

## **1 OBJETIVO**

### **1.1 OBJETIVO GERAL**

Averiguar se o Programa Brasil Alfabetizado – PBA, situado como Política Pública de erradicação do analfabetismo no século XXI inclui as especificidades gênero, raça e idade.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

[...] A articulação entre o sexismo e o racismo incide de forma implacável sobre o significado do que é ser uma mulher negra no Brasil. A partir do racismo e da consequente hierarquia racial construída, ser negra passa a significar assumir uma posição inferior, desqualificada e menor. Já o sexismo atua na desqualificação do feminino [...] (II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres)<sup>2</sup>

É secular a busca por visibilidade e inclusão de direitos da chamada “minoría”, cujos atores sociais perpassam gênero, raça e idade, vulnerabilidades agravadas pela condição de analfabetismo. O resgate histórico realizado neste primeiro momento configura um traço desta realidade.

Segundo Mattos (2007), foi com o objetivo de produzir bens pela exploração do meio natural nas colônias, que se organizaram a estrutura do sistema colonial que visava com o uso da mão de obra escravizada (índios/as e africanos/as) gerar lucros para a metrópole.

A vinda da população negra, para o Brasil, originou vários tipos de violência: deixar o país de origem, suas vidas, famílias, seus costumes, sua cultura, sua religião; submissão ao trabalho duro em condições precárias; maus tratos; estupros; mortes prematuras; prisão; preconceito; discriminação; dentre outros.

Arend (2012, p.68), em seus escritos, relata sobre a infância das sinhazinhas e suas criadas, as meninas negras:

o labor era a sina das meninas que nasciam pobres, fossem elas escravas, libertas, ‘ingênuas ou livres’. A partir dos 4 ou 5 anos, começavam a auxiliar nas lides domésticas com os animais (galinhas, vacas, porcos) e no cuidado com outras crianças [...].

A infância das meninas negras foi marcada pelo trabalho, já que estas como seus descendentes eram considerados como apenas uma “mão de obra”, útil e barata às necessidades de seus senhores. Quando maiores acompanhavam os adultos nas ruas na venda de produtos, auxiliavam nas lavagens de roupas nos lares das famílias de mais posse ou eram utilizadas para pedir esmolas.

---

<sup>2</sup> Disponível em <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/comite-de-monitoramento-do-ii-pnpm/II%20PNPM%20-%20versao%20compacta.pdf>

Quanto à educação formal, nos tempos coloniais, de 1549 a 1759, foi ministrada por padres jesuítas. A população negra não teve acesso a essa educação, todavia as meninas brancas foram “preteridas” aos meninos índios e brancos. O objetivo da Igreja Católica Apostólica Romana era formar novos missionários. Ensinava-se o latim, a retórica e a álgebra aos futuros clérigos. As “escolas” para as moças brancas eram coordenadas pelos conventos e ensinavam boas maneiras e trabalhos manuais (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2003).

As mulheres de elite foram mulheres que pertenciam à nobreza e assumiam um *status* que reverenciava a família da qual se originavam. Eram esposas ou filhas de profissionais bem sucedidos, personalidades economicamente influentes da época e de alto poder econômico. Sob o domínio do patriarcalismo, viviam para o lar, para o marido, filhos e, no dia a dia destas mulheres, cabia o administrar da casa grande lidando com agregados, escravos e escravas, em que supervisionavam os serviços prestados, seja na produção doméstica, confecção dos alimentos, cuidados com as roupas, dentre outros (HABNER, 2012).

As mulheres negras, quando habitavam na casa grande, eram chamadas por criadas de servir, mucamas ou, simplesmente, de escravas. Estas faziam as tarefas domésticas da casa, penteavam as senhoras, cuidavam de suas roupas, ajudavam-nas a vestirem-se, amamentavam e cuidavam dos filhos de seus senhores, conviviam com as famílias, mas o tratamento que recebiam as fazia lembrar-se de sua condição e da superioridade das senhoras as quais serviam. Eram por estas, “recompensadas” por meio de sua proteção ou “punidas”, de forma cruel a qualquer ofensa ou suspeita de traição em aventuras sexuais com seus maridos, com o uso de palmatórias e do chicote. Utilizavam-se também de castigos como a marca de ferro à brasa no rosto das escravas (HABNER, 2012).

Schumacher; Vital Brazil (2003, p.35), ao referirem-se à possível intenção de subtrair o direito de escolarização, relatam que

a ideia de manter as meninas no berço da ignorância foi a mesma que embalou o total desinteresse na alfabetização da população escrava. Ainda no período colonial, surgiram conhecidos ditos populares que revelam essa cruel e preconceituosa visão: **“Mulher que sabe latim não tem marido, nem bom fim” e “Escravos que sabem ler acabam querendo mais do que comer [...]”** (grifo das autoras)

Os ditados populares citados acima compreenderam o pensamento que alimentou ideias que durante séculos se perpetuaram, e que se transformaram em

comportamentos, em ideologias. A fala das autoras traduz características da classe social dominante da época que visava o lucro e tratava as “vulnerabilidades” de forma desigual, remetendo a estas a realidade do analfabetismo.

No contexto, em que envolvia a mulher negra, abrigava em si dupla forma de vulnerabilidade: além da condição feminina percebida como “inferior” em inteligência e capacidade, também a representação da cor negra que possuía subentendida como sinônimo de subserviência, de permissividade perpassando pela crueldade. A ideia de liberdade e de sair da opressão, em que viviam, era o desejo de homens e mulheres negros/as. Muitos se desesperavam e buscavam o suicídio para “livrarem-se” dos sofrimentos, outros engendravam fugas, outros articulavam revoltas.

Schumacher; Vital Brazil (2003, p.32-33) apontam os anos de 1831 (Lei do término do Tráfego Negreiro); 1871 (Lei do Ventre Livre ou Lei do Pão Branco); e 1885 (Lei do Sexagenário ou Lei Saraiva-Cotegipe) como marcos de um “enfraquecimento” das intenções dos escravocratas, pois o “direito à propriedade” passara a ser regulado pelas Leis, em que os escravizados poderiam ter o direito de reivindicarem suas liberdades.

Após a promulgação da lei da abolição da escravidão, iniciou-se um período difícil de perseguições e boicotes. A liberdade chegara e com ela reflexos do racismo que denunciavam clara negação por parte de uma sociedade ainda com ideias escravocratas quanto à nova condição dos recém-libertos.

A esta população restou (pela baixa escolaridade ou analfabetismo e despreparo para assumir novas profissões) a submissão a baixos salários; as mulheres negras, para sobreviverem, buscavam formas de trabalho como: sitiantes, meeiras, agricultoras, vendedoras de leguminosas e quitutes doces e salgados e também o trabalho doméstico. A exclusão masculina do mercado de trabalho, sem oportunidades frente à abertura dos sistemas, obrigou-a a assumir grandes responsabilidades no sustento da família (NEPUMUCENO, 2012, p.385-386)

Com a libertação (fim da escravidão), a mulher negra vivenciou realidades diferentes: as mais jovens se desdobravam em serviços para a aquisição de meios que provessessem as necessidades de seus filhos e companheiro. Após anos de servidão, somava a sua “condição” já existente, um triplo aspecto de vulnerabilidade à mulher negra idosa (quando alcançava esta fase pelas condições de vida que lhe era oferecida) dependia da “bondade” de suas senhoras (se não tinha mais a força de trabalho) no “reconhecimento” dos anos de trabalhos prestados e dedicação para que a mantivesse como servidora, pois com a quantia que recebia também auxiliava

na manutenção do lar. As mulheres negras idosas cultivavam as raízes de sua religião a partir dos costumes oriundos da África, onde a velhice é relacionada ao respeito e à sabedoria como apontam Silva et al. (2008, p.214) em suas falas

a palavra do velho (a) é sabedoria adquirida a cada minuto da forçosa vida; a palavra dos ancestrais é palavra assoprada, palavra inscrita na alma negra que caligrafa as páginas de um território de conhecimentos práticos que garantem a sobrevivência física, cultural e espiritual de um povo.

Quanto à escolarização da população negra, no período da pós-abolição, Bastos (MEC, 2005a, p.91), em documento do Ministério da Educação, faz uma reflexão em seu artigo: “Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX”. Salienta que o acesso à escola era o elemento de manutenção do poder entre a camada branca da população que se julgava superior com relação à população negra considerada inferior. Portanto, a frequência desta à escola não era legalmente proibida, mas a sua presença era vedada por meio de mecanismos sutis de discriminação. E conclui,

as dificuldades criadas e não superadas no acesso à escolarização da população negra podem ser entendidas como uma das respostas, por parte da população branca, à igualdade trazida pelo fim do regime escravista, resultando na manutenção da desigualdade de acesso e permanência na escola que se evidencia até os nossos dias (MEC/BASTOS, 2005a, p.91).

Silva; Araújo (MEC, 2005 a, p.75), em seu artigo “Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas”, afirmam que a interdição sofrida pela população negra aos espaços de conhecimento nos séculos XIX e XX, tornou a educação escolar seletiva contribuindo para outras interdições à participação dos negros nas esferas da vida urbana e rural paulista, acarretando prejuízos sociais, econômicos e políticos.

O preconceito que denotou a ideologia dominante da época afastou estes atores sociais dos bancos escolares, conforme os apontamentos dos breves aspectos da história dos negros/as no Brasil quanto ao sonho da Abolição da Escravatura. Observou-se que, de posse da “liberdade” que esta proporcionou à população negra, continuou sem acesso efetivo ao trabalho, à educação, à liberdade de cultivar seus costumes religiosos e outros aspectos culturais por falta de políticas

públicas e estratégicas específicas que “refletissem” as necessidades reais desta população, para o acesso a sua dignidade.

## **2.1 Educação: Analfabetismo em Gênero, Raça e Idade: evidências nas pesquisas censitárias**

[...] De todos os objetivos que a humanidade busca a igualdade talvez seja um dos seus mais antigos, desde a antiguidade o homem vê o outro como seu semelhante, e deseja ser tratado como igual. [...] (JEAN-PAUL SARTRE)<sup>3</sup>.

A desconstrução de um estereótipo e de uma imagem negativa enraizada na sociedade, não foi, nem será tarefa fácil, pois se percebe o forte estigma que a mulher negra e idosa foi submetida, concepções alimentadas pelo pensamento popular: eterna serviçal, ama de leite, analfabeta, entre outros. Iniciou-se um longo e lento caminho em busca da inclusão das demandas desta população especificamente, pois a interseção gênero, raça e idade somada à questão do analfabetismo, agregou a este público maior vulnerabilidade diante das circunstâncias da vida.

Em sua obra, *Analfabetismo no Brasil* (1993), a autora Ana Maria Araújo Freire tece comentários pertinentes sobre a expressão por ela utilizada “ideologia da interdição do corpo”. Diz que foi representada “na secular leitura de mundo dos brasileiros com repercussões profundas na práxis histórica”, compreendeu-a como sendo a ideologia justificadora das diferenças criadas no Brasil, desde a época colonial em gênero, raça, etnia, quando estas diferenças marcaram a proibição das presenças física e política na sociedade em formação, consolidadas nas hierarquias, nos valores e nos costumes e que consolidaram uma história de exclusão (FREIRE, 1993, p.20).

O analfabetismo apontado como “chaga” “erva daninha”, “cancro social”, “vergonha nacional” refletiu a posição da maioria desses atores sociais, homens e mulheres e seus descendentes (salvo exceções) por muitas décadas.

Freire (1993, p.201-202) relata que, no início do século XX, a criação da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, cujas ações reforçavam uma ideologia da

---

<sup>3</sup> Disponível em <http://pensador.uol.com.br/sartre/>

inferioridade intrínseca do analfabeto e da cor negra, mostra este “um grande desgraçado [...] duplamente nocivo”; ‘guerra de morte’; ‘[...] negra escuridão’”. Nesse viés, a autora comenta:

a associação entre a inferioridade intrínseca do analfabeto e a cor negra, feita pela ideologia dominante revela, o preconceito, o desprezo e a tentativa do aniquilamento do negro enquanto ser.[...] escravo sem nenhum direito, peça de engrenagem de gerar riquezas, interdito, legalmente e de fato, de alfabetizar-se, foi estigmatizado [...] a prática secular de segregação do negro que lhe imputava inferioridade moral e genética pela cor de sua pele, - estendeu-se ao analfabetismo [...] (FREIRE, 1993, p.205-206).

Vitimados pelos estigmas que se lhe agregavam e motivados pela busca de direitos, de cidadania, estes se organizaram. Os movimentos negros da primeira metade do século XX destacavam a educação como instrumento de ascensão social, entendendo-a como “um caminho eficaz não só para a eliminação do preconceito racial, mas para a conquista de lugares menos subalternos na sociedade” (NEPOMUCENO, 2012, p.389-390).

Gonçalves; Silva (2007g, p.192), em seu artigo Movimento Negro e Educação, a partir de estudos de teóricos, relatam que “as entidades negras realizaram ações que combateram o analfabetismo e incentivaram a população negra a se educar”. Dentre estas ações, na ausência de políticas educacionais ou o que julgavam como providência necessária, passaram a oferecer escolas visando à alfabetização de adultos e promoção de uma formação adequada às crianças negras.

O Movimento Negro, dentre as suas reivindicações, lutou pelo acesso à educação formal, atuou no combate das desigualdades sociais e raciais, por uma sociedade mais justa e igualitária. A imprensa foi uma grande aliada na divulgação de suas campanhas. Essas ações deram origem “à Frente Negra Brasileira (FNB), Movimento de massa que contribuiu com a criação de salas de aula de alfabetização para trabalhadores e trabalhadoras negras em diversas localidades”. Outro destaque foi “o Teatro Experimental do Negro (TEN) que buscou integrar o negro/a na educação, nas artes e na cultura” (CAVALLEIRO, 2006 f, p.16).

Diante das pesquisas elencadas, contava entre a maioria dos analfabetos/as, a população negra, fato este que os censos demográficos realizados desde o início do século XX não confirmam, pois, nem sempre foi inclusa a temática gênero e raça,

em seus apontamentos, perpetuando o desinteresse por essa grande parcela da população.

Segundo Rosemberg; Piza (1996, p. 112), apenas “após 1940 foram pontuados, nos censos demográficos, a inclusão de quesitos especiais sobre a população feminina (fecundidade e mortalidade) e dados sobre cor e instrução da população masculina e feminina”.

A obra das autoras acima, “Analfabetismo, Gênero e Raça no Brasil”, entre outros pontos, busca refletir sobre o porquê da persistência do analfabetismo e relata que este é fundamentalmente produto da exclusão de populações empobrecidas dos bens sociais e que o mesmo tem alta relação com o nível de renda da família, a qual pertence nas diversas regiões e diversos grupos etários.

Pela fala das autoras, percebe-se quem são os/as analfabetos/as no Brasil e onde eles estão e atribuem o analfabetismo em gênero e raça, à “herança do passado escravista acrescida de processos atuais de estigmatização e exclusão social deste seguimento” e relatam:

- a) O analfabetismo entre homens e mulheres persiste nas faixas etárias mais idosas;
- b) O índice de analfabetismo persiste de forma intensa entre brancos e negros para ambos os sexos;
- c) Os índices de analfabetismo entre homens negros e brancos ou entre mulheres negras e brancas, os diferenciais são altos (ROSEMBERG; PIZA, 1996, p.116).

As análises dos dados, pelas autoras, levam a verificar que, ao longo do tempo as desigualdades raciais e até sociais ficam mais evidentes e têm colocado essa população em vulnerabilidade pedindo maior atenção.

Heilborn (2010, p.137) cita Tafner (2005) que reitera ter a questão do analfabetismo sido tardiamente enfrentado pelo país, que apresentou durante décadas altas taxas de crescimento, sem enfrentar o problema do nível de escolaridade da população.

A partir das transformações ocorridas no país e iniciativas de redemocratização, as taxas de analfabetismo em gênero/raça/idade alinhadas pelo IBGE/Pnad apresentam quedas significativas para esse grupo em todas as regiões do país. Por exemplo, em 2008, a população branca, residente no país, apresentava uma taxa de 6,2%, já os grupos de pretos e pardos apresentavam, respectivamente, 13,2% e 13,5%. Com relação ao gênero referente aos períodos de 1999, 2003 e

2008, “as discrepâncias entre homens e mulheres, em termos educacionais têm diminuído nas gerações mais novas”. Quanto à desigualdade racial, no mesmo período, “os dados acentuam uma diminuição considerável das taxas de analfabetismo de homens e mulheres negros/as, mas se mantém elevada desigualdade em comparação ao grupo branco” (HEINBORN, Mod III, 2010, p.138-158).

Rosemberg; Madsen (2011, p.404) relatam que, em 2009, cerca de 14,5 milhões de pessoas no Brasil “que não sabiam ler ou escrever um bilhete”, mais da metade eram mulheres (51,0%), sendo que dentre as mulheres analfabetas, 95,2% tinham 25 anos ou mais e 45,9 residiam na região nordeste.

As autoras acima ainda citam a conclusão do IPEA (2010), no período de 2004-2009, que demonstra as taxas de analfabetismo no Brasil, estarem associadas às desigualdades socioeconômicas:

região, local de residência, renda, pertença étnico-racial. Por exemplo: na população de 15 anos e mais, em 2009, a taxa de analfabetismo em meio urbano era 7,0% e em zona rural 23,0%; na região Nordeste 31,1% e na região Sudeste 15,3%; a faixa de renda familiar per capita de até dois salários mínimos concentrava 93% dos estimados 14,1 milhões de analfabetos (ROSEMBERG; MADSEN, 2011, p. 405).

As autoras fazem referência aos dados ligados ao envelhecimento da população nos diferenciais gênero/raça, idade e geração aos percentuais de baixa queda da taxa de analfabetismo, atribuindo este fato a não frequência aos cursos de alfabetização.

Desde 1946, com a criação da *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), a alfabetização tornou-se o centro das suas atribuições, sendo incluída em sua agenda, como direito humano derivando sua visão diretamente da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que, em 1948, consagrou a educação como um direito básico (UNESCO, 2003a, p.35).

Conforme Hadadd; Pierro (MEC, 2007g, p.90), no volume 07 da coleção de publicações intitulada “Educação para Todos”, a UNESCO foi criada logo após a 2ª Guerra Mundial e

denunciava ao mundo as profundas desigualdades entre os países e alertava para o papel que deveria desempenhar a educação, em especial a educação de adultos, no processo de desenvolvimento das nações categorizadas como ‘atrasadas’.



Em seu Artigo “Analfabetismo e alfabetismo funcional no Brasil”, Ribeiro (2006) pontua que a definição de analfabetismo vem sofrendo significativas revisões nas últimas décadas.

Em 1958, a UNESCO definia como alfabetizada uma pessoa capaz de ler ou escrever um enunciado simples, relacionado à sua vida diária. Vinte anos depois, a UNESCO sugeriu a adoção do conceito de alfabetismo funcional. É considerada alfabetizada funcional a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e de usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida.<sup>4</sup>

Sob o olhar da UNESCO, a educação, no ato de alfabetizar-se, assumia papel de grande importância e transformava-se em um “instrumento” de empoderamento, àquele que vivia em situação desigual à margem da escolarização. Com esse objetivo foram realizadas importantes conferências mundiais, periodicamente ao longo das décadas do século XX, nas quais foram estabelecidas metas para os países participantes que assumiram o compromisso de reverter essas tendências de desigualdades.

Di Pierro (MEC, 2006 b, p.17) ao falar das Conferências Internacionais de Educação de Adultos destaca a V Conferência Internacional de Educação de Adultos – Confintea, realizada na Alemanha, em 1997, na cidade de Hamburgo, onde cerca de 1.500 representantes de 170 países assumiram compromissos de oportunizar a todos os cidadãos/as de todo o planeta “o direito à aprendizagem ao longo da vida, concebida para além da escolarização ou da educação formal incluindo as situações informais de aprendizagem presentes nas sociedades contemporâneas”.

O Fórum Mundial de Educação, ocorrido em Dacar, em 2000, estabeleceu seis metas a serem alcançadas até o ano de 2015, no intuito de atingir a meta da Educação para Todos (EPT):

- expandir a educação e o cuidado na primeira infância;
- garantir o acesso de todas as crianças, em idade escolar, à educação primária completa, gratuita e de boa qualidade;
- ampliar as oportunidades de aprendizado dos jovens e adultos;
- melhorar em 50% as taxas de alfabetização de adultos;
- eliminar as disparidades entre os gêneros na educação;

---

<sup>4</sup> (Disponível em [www.faccamp.br/letramento/GERAIS/analfabetismo](http://www.faccamp.br/letramento/GERAIS/analfabetismo). Pdf.(2006

- melhorar todos os aspectos da qualidade da educação;<sup>5</sup>

Segundo Siqueira (2007, p.123), “o Brasil, como país participante das Conferências da UNESCO, mobilizou-se em promover reuniões e ações para minimizar os índices de analfabetismo, tornaram-se imprescindíveis debates internos acerca da educação básica”. Em dezembro de 1996 foi votada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96, criada para suprir os acordos firmados pelo Brasil com o Banco Mundial e outros órgãos de fomento à educação e desenvolvimento da infância.

As transformações se fizeram inevitáveis, a educação básica diante das demandas existentes precisava de uma política mais articulada que permitisse o exercício da cidadania, que assegurasse a oportunidade, a inclusão, ações que respondessem ao compromisso assumido junto a UNESCO.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA ganhou destaque na agenda das políticas públicas brasileiras, garantida pela Constituição Federal de 1988 nos Artigos 205 e 214; no Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 10.172/2001); estruturada pela LDBEN nº 9.394/96 nos Artigos 37 e 38, com *status* de modalidade de ensino, reconhecida na Declaração de Hamburgo (1997) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 1/2000 como um direito de todos que não iniciaram ou completaram sua escolaridade básica por diferentes motivos (PIRES, 2006).

Em 2003, a UNESCO instituiu a "Década das Nações Unidas para a Alfabetização para Todos", que compreendeu o período entre 2003-2012 como a Década das Nações Unidas para a Alfabetização, com o objetivo de levar educação a todos. Neste contexto, “a alfabetização se solidificava como o centro de ações articuladas a um conjunto amplo de políticas econômicas, sociais e culturais, perpassando múltiplos setores” (MEC/UNESCO, 2003 a, p.53-56).

A mudança de concepção da Educação abriu portas para os antes “excluídos” do processo educacional, aqueles que não iniciaram, ou não completaram os estudos teriam seu lugar. Essa transformação na Educação Básica evidenciava novas oportunidades, maior acesso, e o mais importante: uma Educação que pensava as especificidades e a diversidade.

---

<sup>5</sup> Disponível em [http://esen.pt/becre/O\\_que\\_e\\_a\\_UNESCO.pdf](http://esen.pt/becre/O_que_e_a_UNESCO.pdf)

## 2.2 Programa Brasil Alfabetizado: O Programa de Erradicação do Analfabetismo do Século XXI

### 2.2.1 Informações Gerais

Aprender a ler, escrever e contar é um direito humano fundamental [...] Em princípio, todo ser humano nasce com potencial para realizar tais operações, sendo capaz de desenvolvê-las – ou aprendê-las – em qualquer idade, independentemente de sua etnia, sexo, origem ou classe social (HENRIQUES /MEC, 2006c, p.13).

A segunda metade do século XX foi marcada por iniciativas em busca de erradicar o analfabetismo. Campanhas de âmbito nacional e outras ações articuladas foram criadas tendo em vista o índice de analfabetos (as) no Brasil, cada vez maior. Entre as principais campanhas, ações e programas estão:

- No governo de Eurico Gaspar Dutra - 1947/1948 foram criadas a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos - CEAA e Campanha Nacional de Educação Rural- CNER;
- O Presidente Juscelino Kubitschek em 1958 criou a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA;
- Em 1960, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil-CNBB criou o Movimento de Educação de Base – MEB;
- João Goulart, no ano de 1964, criou o Programa Nacional de Alfabetização (valendo-se do método de Paulo Freire);
- No regime da Ditadura Militar teve início em 1968/1978 o Movimento Brasileiro de Alfabetização- MOBRAL;
- O Presidente José Sarney, em 1985, criou a Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos- Educar;
- Fernando Collor, em 1990, deu início ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania-Pnac;
- Em 1993, foi assinada pelo Brasil, em Jomtien, na Tailândia, a Declaração Mundial de Educação para Todos. No mesmo ano, Itamar Franco assinou o Plano Decenal de Educação para Todos;

- Em 1997, Fernando Henrique Cardoso deu início ao Programa de Alfabetização Solidária-PAS.<sup>6</sup>

As ações e releituras da problemática, a partir das campanhas, programas e iniciativas, cada uma em seu contexto histórico sob o interesse do governo que foram regidas, trouxeram colaborações sutis, mas não surtiram o efeito desejado da erradicação do analfabetismo pelas deficiências e descontinuidade das mesmas, principalmente na perspectiva gênero, raça e idade.

O início do século XXI trouxe dados alarmantes com relação ao analfabetismo no Brasil. Segundo dados do censo de 2000, 15.467.262 pessoas com mais de 15 anos não sabiam ler nem escrever, cerca de 33 milhões de brasileiros eram analfabetos funcionais. “Em 2005, para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), existiam 22.353.967 pessoas analfabetas com mais de 15 anos, número que correspondia a 13,17% da população” (MARIANO, 2006, p.13).

O governo federal, no mandato do Presidente Luís Inácio da Silva, criou o Programa Brasil Alfabetizado – PBA. Este se compreende em resposta às cobranças pelo alto índice de analfabetos ainda existentes no país diante dos compromissos assumidos pelo Brasil em oportunizar a alfabetização ao alcance de todos.

O PBA, criado em 2003, sob a responsabilidade da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA), após uma reestruturação em 2004 na organização do Ministério da Educação (MEC), foi transferido para a recém-criada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) (MARIANO, 2006).

Conforme a publicação do Ministério da Educação – MEC: Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e de Alfabetizadores (2011e, p.07-08) o PBA é sinalizado no Documento Nacional Preparatório a VI CONFINTEA como “parte de muitas iniciativas que compõem o espectro de atendimento a jovens e adultos, as quais demandam maior compreensão e a perspectiva de se constituírem como Política Pública de Estado”. Entende-se que, ao PBA é atribuída uma forma de garantia do direito à educação e como alternativa importante para o enfrentamento das desigualdades de oferta da educação nos

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/202>

municípios e unidades da federação. Nestes termos assume a denominação de Política Pública por ser contínua, visa à continuidade dos estudos dos recém-alfabetizados.

No mesmo Documento anteriormente citado, com a criação do PBA, o governo apontou a alfabetização de jovens e adultos como prioridade na agenda educacional do País, assumindo a responsabilidade política e constitucional de induzir, sustentar e coordenar um esforço nacional para a oferta de alfabetização de qualidade adotando uma concepção de política pública que reconhece e reafirma o dever do Estado de garantir a educação como direito de todos.

Segundo o site do MEC<sup>7</sup>, o Programa Brasil Alfabetizado-PBA, destina-se ao atendimento do público jovem, adulto e idoso, com 15 anos ou mais de idade e é denominado como “porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade”. Atinge todo o território nacional com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo que recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste.

Carvalho (2007, p.54), sobre os recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) utilizado no PBA, afirma que “estes são transferidos para os estados, municípios, empresas, universidades, organizações não governamentais e organizações civis parceiras”. Cada instituição se responsabiliza pelos materiais didáticos a serem utilizados na alfabetização ou formação dos alfabetizadores. Dentre os objetivos do PBA destacam-se:

- A criação de oportunidades de alfabetização a todos os jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou permanência no ensino fundamental;
- A promoção com qualidade ao acesso à educação de jovens, adultos e idosos e sua continuidade no processo educativo;
- A mobilização de gestores estaduais e municipais para ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos – EJA;
- A qualificação da oferta de alfabetização para jovens, adultos e idosos por meio da implementação de políticas de formação, distribuição de materiais didáticos e literários, de incentivo à leitura e de financiamento. (MEC, Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e de Alfabetizadores, 2011e, p.08).

---

<sup>7</sup> Disponível em <http://www.mec.gov.br/>

A base legal atribui ao Programa Brasil Alfabetizado-PBA a função de inclusão, e intermediação na alfabetização de seus sujeitos para uma posterior continuidade integrando o aluno alfabetizado a turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Quanto aos Alfabetizadores do PBA, estes podem ser concursados na rede pública de ensino ou voluntários com o ensino médio completo que passarão por curso preparatório, juntamente com os Coordenadores de Turmas e tradutores-intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) com remuneração mensal por meio de bolsa classe ou bolsa benefício.<sup>8</sup>

Conforme Mariano (2006, p.17-19), o PBA possui características peculiares como “o cadastro de alfabetizandos, alfabetizadores e turmas pelo Sistema Brasil Alfabetizado (SBA), que permite o acompanhamento e monitoramento de políticas públicas”, que objetiva maior transparência e promoção do controle social, além de um plano de avaliação que tem por objetivo garantir uma avaliação ampla e de qualidade, de forma a produzir uma análise do programa sob os mais diversos ângulos no intuito de verificar a contribuição do programa, de forma a conhecer as mudanças por ele provocadas, bem como as possibilidades de amplificar essas mudanças. Outras informações importantes:

- Os gestores municipais e estaduais do programa são os responsáveis por aplicar testes de matemática e leitura/escrita aos alfabetizando/as quando eles adentram no programa (15 dias após o início das aulas) e quando saem (nos 10 dias últimos de aula) com o objetivo de verificar o desempenho cognitivo dos/as alfabetizando/as; atualizando os dados no SBA;
- Definido pelo MEC os parâmetros de orientação das secretarias de educação quanto a carga e duração horária dos cursos de alfabetização de jovens e adultos: seis meses de duração com, no mínimo, 240 horas de aula, ou oito meses de duração com, no mínimo, 320 horas. Também sobre o número de estudantes por turma: na área rural, o mínimo são sete alunos e o máximo, 25; na área urbana, mínimo de 14 e máximo, 25.
- O programa Brasil Alfabetizado trabalha com seis tipos de bolsas mensais pagas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), diretamente aos beneficiários por meio de cartão magnético emitido pelo Banco do Brasil. Os valores variam de R\$ 400,00 a R\$ 800,00;<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Disponível em <http://www.mec.gov.br/>

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/>

Alguns benefícios foram agregados aos alfabetizandos do PBA pelo Ministério da Educação- MEC, dentre eles:

- **Programa Nacional do Livro Didático de Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA):** Para o fortalecimento as ações do Programa Brasil Alfabetizado, os alunos contam com o Programa Nacional do Livro Didático de Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA), por meio da adesão a este programa, a instituição parceira recebe livros para serem utilizados nas turmas de alfabetização;
- **Coleção Literatura para Todos:** por meio de concursos obras literárias destinadas ao público neoleitor jovens, adultos e idosos recém-alfabetizados, são selecionadas e distribuídas às turmas do Programa Brasil Alfabetizado e às escolas públicas que ofertam EJA democratizando o acesso à leitura;
- **Programa Educação nas Prisões:** são destinados recursos para formação de professores e gestores e, também, para a constituição de acervo literário;
- **Projeto Olhar Brasil:** em parceria com o Ministério da Saúde tem por objetivo identificar e corrigir problemas visuais com o objetivo de reduzir as taxas de evasão escolar e facilitar o acesso da população escolar à consulta oftalmológica e aquisição de óculos;
- **Estímulo à obtenção do registro civil e combate ao trabalho escravo:** distribuição de cartilhas "Orientações para obter o Registro Civil de Nascimento e a documentação básica" e Almanaque do Alfabetizador - Escravo, nem Pensar!", aos alfabetizadores.<sup>10</sup>

### **2.2.2 Programa Brasil Alfabetizado: Inclusão das especificidades gênero, raça e idade**

Henriques (2002, p.13) reflete as desigualdades existentes no país como sendo fruto da justiça distributiva que corrobora com “o acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, na qual a cidadania dos incluídos é distinta da dos excluídos”.

<sup>10</sup> Disponível: <http://portal.mec.gov.br/> <http://www.mds.gov.br>

A visão do autor remonta as desigualdades históricas em gênero, raça, geração, classe, analfabetismo, pobreza, entre outros, que se percebe no Brasil tolhendo oportunidades e perpetuando silêncios.

A legislação do Programa Brasil Alfabetizado-PBA, no Documento Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e de Alfabetizadores traz em sua composição conteúdos mínimos para a formação de alfabetizadores e coordenadores de turmas. Em documento do Ministério da Educação, pode-se ver:

- a) a especificidade da educação de jovens e adultos, a identidade dos sujeitos envolvidos e suas diversidades, incluindo abordagem das questões de identidade de gênero, geracional, relações étnico-raciais e especificidades regionais.
- b) o desenvolvimento histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil; o processo histórico-sócio-cultural de humanização (relação homem-natureza, sociedade e cultura); as contribuições de Paulo Freire; as dimensões técnica e política da alfabetização;
- c) as concepções de alfabetização de jovens e adultos no Brasil, fundamentos e respectivas metodologias; construção da língua oral e escrita na alfabetização de jovens e adultos (como os alfabetizadores e alfabetizados ensinam e aprendem); metodologias de formação de leitores e mediadores de leitura, práticas sociais de leitura e inserção social dos sujeitos; função social da leitura e da escrita, da matemática e de outros campos do conhecimento.
- d) utilização de material didático-pedagógico e literário como suportes no processo de alfabetização.
- e) a importância do diagnóstico por meio dos testes cognitivos para o planejamento das ações; a importância do registro e avaliação das aprendizagens para a melhoria da prática pedagógica de alfabetização; registro, análise e reflexão das práticas desenvolvidas como subsídio para o desenvolvimento de novas ações;
- f) os jovens e adultos no mundo do trabalho, os contextos nacional e regional, incluindo a abordagem das dimensões social, política, econômica, cultural, ambiental e a realidade urbano rural no mundo do trabalho;
- g) a apropriação da escrita e da leitura como exercício de cidadania; a mudança na vida dos sujeitos após o processo de alfabetização (por exemplo, impacto sobre o registro civil de nascimento e outros documentos básicos);
- h) a importância da continuidade do processo educativo em turmas da educação de jovens e adultos. (MEC, 2011e, p.21)

Percebe-se que a temática “identidade dos sujeitos” está contida no conteúdo mínimo de formação de Alfabetizadores e Coordenadores, isto constitui um grande



passo para a discussão acadêmica sobre os diferentes sujeitos jovens, adultos e idosos.

Os autores Henriques; Ireland (2006b, p.348), em documento do MEC, citam alguns dos princípios que orientam as diretrizes das políticas em implantação no campo da educação:

- a) a educação é um bem comum e fator estratégico para a nação, para valorização de seu passado, fortalecimento de seu presente e criação de seu futuro;
- b) como direito subjetivo, é fator de transformação pessoal e de participação na cidadania, devendo ser acessível a todos, em todas as fases da vida;
- c) deve ser fator de justiça social, oferecendo equidade de oportunidades a todos os cidadãos, contribuindo para a redução das desigualdades regionais, sociais e étnico-culturais;
- d) a qualidade é indispensável para a garantia do papel social e político da educação (HENRIQUES; IRELAND/MEC, 2006b, p.348).

Essas diretrizes reiteram as transformações ocorridas na década de 1990, em que a Educação passou a ser concebida como fator de desenvolvimento não só para o país, mas para a pessoa humana. Ao remeter a Educação de qualidade a um direito alia a ideia de inclusão.

A publicação do MEC, *Brasil Alfabetizado: Caminhos de Avaliação*, Henriques (2006c, p. 31-32) retrata as renovações que o Programa Brasil Alfabetizado – PBA passou desde sua criação em 2003, “compreendido como uma Política Pública que intenta como objetivo principal a inclusão educacional dos diversos atores sociais”. Em 2004, sofreu uma reestruturação compreendida como um redesenho calcado em dois princípios: “aperfeiçoamento das ações governamentais para a garantia de continuidade e, integração de mecanismos de monitoramento e avaliação à gestão do programa.”

O PBA surge no cenário nacional como uma política descentralizada, que funciona a partir de parcerias que fundamenta com seguimentos da sociedade civil.

A primeira ação governamental institucional e gerenciada foi a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que passou a ser responsável pelas agendas de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos (EJA) com objetivo de aumentar a capacidade de gestão e probabilidade de aprendizagem efetiva por jovens e adultos. A SECAD assumiu também a condução de programas e ações antes de responsabilidade de outros órgãos do

MEC e ministérios como: promover a diversidade na educação e a inclusão educacional de segmentos da população excluídos dos sistemas de ensino em decorrência das diferentes formas de discriminação e preconceito presentes na sociedade brasileira.

Integram a agenda do SECAD além da alfabetização e da educação de jovens e adultos:

- a) educação escolar indígena;
- b) educação do campo;
- c) educação para as comunidades remanescentes de quilombos;
- d) políticas afirmativas para acesso à universidade de grupos socialmente desfavorecidos;
- e) educação para a diversidade étnico-racial e valorização da história e cultura afro-brasileira;
- f) educação ambiental;
- g) ações educacionais dirigidas a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social;
- h) educação em Direitos Humanos e educação para população prisional (MEC, HENRIQUES, 2006c, p.33).

A criação da SECAD demonstrou uma vontade política de agregar especificidades antes esquecidas e tratar como prioridade a urgência das especificidades.

O site do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS<sup>11</sup> traz a informação que o PBA atua também integrado ao Programa do Governo Federal Brasil Sem Miséria, “levando apoio técnico para estabelecer e garantir continuidade nos estudos, sempre com foco na educação como maneira de combater as desigualdades socioeconômicas”.

O Programa Brasil Sem Miséria foi lançado sob o Decreto nº 7.492 de 02 de junho de 2011, instituído pela Presidenta Dilma Rousseff cuja coordenação é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), conforme o Artigo 1º com a “finalidade de superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações”.

Tem como metas retirar da pobreza extrema e da exclusão social, cerca de 16,2 milhões de brasileiros identificados pelo Censo 2010. Para tanto, elegeu três objetivos específicos: elevar a renda familiar per capita; ampliar o acesso aos serviços públicos, às ações de cidadania e de bem estar social; ampliar o acesso às

---

<sup>11</sup> Disponível: <http://www.mds.gov.br/>

oportunidades de ocupação e renda através de ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural.

Constituem o perfil da população atendida pelo programa as pessoas consideradas extremamente pobres, ou seja, na linha considerada de extrema pobreza com renda familiar per capita de até R\$ 70, em que:

- 59% estão concentrados na Região Nordeste - 9,6 milhões de pessoas;
- do total de brasileiros residentes no campo, um em cada quatro se encontra em extrema pobreza (25,5%);
- 51% têm até 19 anos de idade;
- 40% têm até 14 anos de idade;
- 53% dos domicílios não estão ligados à rede geral de esgoto pluvial ou fossa séptica;
- 48% dos domicílios rurais em extrema pobreza não estão ligados à rede geral de distribuição de água e não têm poço ou nascente na propriedade;
- 71% são negros (pretos e pardos);
- 26% são analfabetos (15 anos ou mais).

O Programa sintetiza a integração de várias ações que objetivam oferecer ao seu público alvo, por meio do Cadastro único (Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007) que constitui em um instrumento de coleta e gestão de dados e objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil, dando-lhes oportunidades com a ampliação da oferta de serviços públicos, nas áreas prioritárias do Mapa da Pobreza, como Saúde da Família, Brasil Sorridente, Olhar Brasil, Brasil Alfabetizado, Mais Educação, Rede Cegonha, entre outros.

Heibron (2010, p. 113) ao analisar três políticas públicas: Expansão da cobertura da assistência social; Valorização do salário mínimo e Programa Bolsa Família- PBF julga que estas tiveram “um impacto positivo na redução da pobreza em termos de classe, gênero, raça e geração e favoreceram mulheres, negros e idosos/as”. Sobre o Programa Bolsa Família-PBF, instituído pela Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, programa de transferência direta de renda, salienta que este apresentou um resultado visível nas relações de gênero ao eleger benefícios, preferencialmente à mulher como responsável pelo domicílio (em famílias monoparentais femininas) ou na condição de cônjuge.

As políticas citadas foram integradas no combate das desigualdades, e na ampliação de acesso a qualidades, aos bens e serviços no cenário brasileiro de

seculares desigualdades, seja em classe, gênero, raça, saúde, geração, educação, dentre outros, tanto no meio rural como no meio urbano, e é notória a melhora da distribuição de renda. Tais políticas foram rotuladas de “assistencialistas” e almejaram provocar mudanças importantes no contexto socioeconômico das populações em suas particularidades e nas vulnerabilidades.

Sob outro viés, analisando a interseccionalidade gênero, raça e idade, o artigo de Cestonaro et al: “BRASIL ORDEM! BRASIL PROGRESSO! BRASIL ALFABETIZADO!” MITOS DA ALFABETIZAÇÃO apresenta em síntese a seguinte visão dos autores sobre a linguagem (discurso, imagem) empregada pela mídia (site do MEC) sobre o PBA:

- Quanto à linguagem utilizada na propaganda acreditam-na manipuladora quanto a mensagem: quando esta se reporta que todos “devem” ser alfabetizados para serem entendidos na sociedade como um cidadão; “quem não for alfabetizado está excluído da sociedade.”
- Quanto às imagens: fazem referencia as imagens veiculadas no site que segundo eles, se utiliza só de “negros (homens e mulheres) e nordestinos” e não de brancos. Questionam se os analfabetos estão somente entre os primeiros;
- Quanto à percepção da mensagem: acreditam que a mensagem apontada é a de que o analfabeto é um “anti-cidadão”, e atribuem à mídia a produção e reprodução de padrões e normas.<sup>12</sup>

Segundo os autores, a propaganda torna-se antes um instrumento de preconceito e exclusão quando veicula estereótipos, do que um instrumento de promoção e inclusão e, contextualizaram suas impressões na relação de poder e outras ideologias disseminadas no seio da sociedade desde tempos remotos, tecendo críticas do que perceberam com relação à propaganda midiática do PBA.

---

<sup>12</sup> [http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais15/alfabetica/MatosSonia.htm](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais15/alfabetica/MatosSonia.htm)

### 3 METODOLOGIA

Segundo Marconi; Lakatos (2003, p.83), método

é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Percebe-se que a escolha dos métodos que são utilizados em pesquisas assume grande importância. Com esta finalidade, a pesquisa em questão utilizou-se do método qualitativo de investigação fundamentada em revisão de literatura e análise documental.

Na fala de autores como Alves (1999); Goldenberg (1999); Neves (1996); e, Patton (2002), na abordagem qualitativa o pesquisador busca aprofundar-se no objeto de estudo, assim as ações dos indivíduos, grupos ou organizações, em seu ambiente ou contexto social, assumem relevante importância e a interpretação do contexto torna a ação primordial não se preocupando com representatividade numérica, estatísticas, entre outros.<sup>13</sup>

Como técnica de coleta de dados utilizou-se a revisão de literatura, que segundo Silva; Menezes (2005, p.37), “constitui uma etapa de grande importância por referir-se à fundamentação teórica, pois da análise da literatura é que se fará a estruturação conceitual que fornecerá a pesquisa sustentação ao seu desenvolvimento”, no levantamento de aspectos importantes como: breve resgate histórico sobre a trajetória da mulher negra idosa em condição de analfabeta; identificação de evidências do analfabetismo neste público; também utilizou-se a análise documental que na fala de Marconi; Lakatos (2003, p.174), “constitui uma fonte de coleta de dados restrita a documentos escritos ou não”, focando no Programa Brasil Alfabetizado-PBA no levantamento de: aspectos de sua criação; legalidade; objetivos; público alvo; ações; organização; princípios; diretrizes; estratégias; informações contidas nos documentos escritos e documentos eletrônicos, Leis, Decretos que o estabeleceram e suas alterações.

A partir do levantamento das informações nos livros, artigos e publicações, principalmente do Ministério da Educação-MEC foi possível a realização da pesquisa

---

<sup>13</sup> Disponível em: [http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006\\_tr540368\\_8017.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_tr540368_8017.pdf)

sobre a averiguação da inclusão da especificidade em gênero, raça e idade no Programa Brasil Alfabetizado-PBA.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise e discussão dos resultados obtidos na pesquisa remetem ao intuito de perceber na revisão de literatura levantada a inclusão da especificidade gênero, raça e idade pelo Programa criado pelo Governo Federal de 2003 para extinguir o analfabetismo, o PBA.

Objetivou-se destacar os aspectos mais relevantes para o desenvolvimento do pensar reflexivo em torno de dados censitários do IBGE/PNAD; análise de Publicações do MEC; Políticas Sociais do Governo Federal; bem como Artigo e Obras que versaram sobre o objeto de estudo.

Constituem dados do Censo 2010, sobre a população brasileira divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE:

- o Brasil conta 190.755.799 habitantes, deste total, 51% são mulheres e 49% são homens;
- o percentual de pardos cresceu para 43,1% (82 milhões de pessoas) em 2010. A proporção de negros também subiu para 7,6% (15 milhões) no mesmo período. Esse resultado também aponta que a população que se autodeclara branca caiu para 47,7% (91 milhões de brasileiros).
- notou-se o crescimento na participação relativa da população com 65 anos ou mais, que era de 4,8% em 1991, passando a 5,9% em 2000 e chegando a 7,4% em 2010.<sup>14</sup>

Os dados são conclusivos que mulheres constituem a maioria, a cor negra é predominante e que o fator idade incide expressivamente na população. Os dados também confirmam que se concentram nesta população os maiores índices de desigualdades que perpassam a pobreza, a discriminação racial, o sexismo, a violência de gênero, o analfabetismo, entre outros. A exclusão e a invisibilidade, frutos diretos das desigualdades sociais, permearam e ainda permeiam este seguimento, em vários setores.

Situar o PBA no bojo das políticas sociais criadas pelo governo federal como fator de acesso ou retorno aos bancos escolares demonstra a interceccionalidade e a maneira globalizada de perceber as desigualdades. A questão do analfabetismo

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.brasil.gov.br>

passou a ser tratada de forma diferenciada com uma visão do todo, mas também das partes, ou seja, as desigualdades não “caminham sozinhas” se avizinham, perpetuando-se ou sendo amenizadas até um dia serem extintas.

Na legislação que baseia e estrutura o PBA, é nítida a preocupação em inserir as diversidades dos sujeitos, elencando tanto o meio urbano como o rural. Isto mostra a criação de uma política atrelada à concepção da Educação para Todos.

A clareza da legislação em afirmar o PBA como um programa de inclusão contrasta com a falta de “respostas” do próprio programa diante de algumas questões quanto à especificidade gênero, raça e idade, a se notar:

- o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira (Lei nº 10.639/2003) como política de reconhecimento da contribuição destes na história do Brasil, como nos outros níveis da Educação Básica é ignorada ou pouco difundida.
- a incorporação da temática Velhice, que tão pouco está inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, como parte dos chamados Temas Transversais, também assume traços de pouca importância em sua observação;
- a intenção de ascensão do analfabeto-jovem à continuidade de estudos, e a pouca atenção quanto à “Educação ao longo da vida” do idoso, (a notar-se pelas estatísticas em que estes somam a maioria entre os analfabetos).

Como referência às questões acima levantadas, o Volume nº 19 da Coleção Educação Para Todos: Brasil Alfabetizado: Experiência de Campo (MEC, 2006 d, p.46-47) relata a impressão da avaliadora Maria Madalena Torres uma das responsáveis na aplicação dos instrumentos cognitivos do PBA ao questionar alfabetizando/as do Programa sobre o quesito cor.

No perfil socioeconômico, o problema da cor é impressionante. Uns são brancos e não querem ser, intitulando-se ‘morenos’; outros são negros e não querem assumir, contentando-se com a opção ‘parda’, ou exigindo que se acrescente a cor ‘morena’. Por isso, no campo 7, sugere-se excluir ‘raça’ e incluir ‘cor’ (MEC, 2006 d, p.46-47).

Em sua conclusão e recomendação, a avaliadora solicita a inclusão do tema racial nas discussões das turmas no D.F. Este fato demonstra que muitos brasileiros “não se reconhecem” ou “não querem se reconhecer” porque não são reconhecidos, respeitados, gerando uma autoimagem negativa perpetuada com ideias concebidas no passado.

Completando neste ano de 2014, 11 anos de sua criação, o PBA conforme o



site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE<sup>15</sup>, na avaliação dos dados mais recentes da coordenação geral de alfabetização da Secretaria de Educação Básica (SEB) sobre a participação de estados e municípios, a edição 2012 do Programa Brasil Alfabetizado demonstra que:

- 2.880 municípios aderiram com 384.725 matrículas;
- As secretarias estaduais e o Distrito Federal matricularam 712.106 estudantes. Do total de jovens e adultos matriculados no ano passado – 1.096.831 –, 4.048 estavam em cumprimento de medidas socioeducativas, distribuídos em 332 turmas;
- A população carcerária teve 5.721 alunos que formaram 545 turmas.
- O programa contou com 93.317 alfabetizadores, 795 alfabetizadores intérpretes de Libras e 17.069 coordenadores de turmas.<sup>16</sup>

Os dados divulgados pelo MEC são favoráveis e revelam satisfação com o Programa que já sofreu modificações e adequações nos 11 anos de execução, fato este questionado pela mídia como, por exemplo, o Jornal Folha de São Paulo do dia 29/01/2014, que rebate o Programa com reportagens que revelam no mesmo período (2012) a existência de cerca de 13 milhões de analfabetos com mais de 15 anos.<sup>17</sup> Outra reportagem traz a fala de Sérgio Haddad, assessor da Ação Educativa e membro do Conselho Internacional de Educação de Adultos (ICAE), que analisa o PBA como um programa que não tem se mostrado eficaz na redução do analfabetismo e na ampliação das matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA).<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>

<sup>17</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/01/1404371-brasil-e-o-8-pais-com-mais-adultos-analfabetos-aponta-unesco.shtml>

<sup>18</sup> <http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/entrevista-sergio-haddad-brasil-alfabetizado-750640.shtml>

## 5 CONSIDERAÇÕES ATUAIS

[...] O analfabetismo nem é uma chaga, nem uma erva daninha a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade injusta (Paulo Freire).<sup>19</sup>

Este estudo destinou-se a lançar um olhar reflexivo sobre o Programa Brasil Alfabetizado-PBA em averiguar a inclusão da especificidade em gênero, raça e idade. A pesquisa buscou, a partir do resgate histórico do período que compreendeu a escravização da população negra, ampliar os sentidos sobre a história que a história contou a respeito da mulher escrava de jovem à idosa, que através dos tempos se fortaleceu a partir de descendentes e/ou não, que se organizou formando um movimento estruturado. Movimentos de Homens e Mulheres negros que lutaram e bravamente se fizeram ouvir primeiro por meio da imprensa, depois pelas buscas e resistências em atravessar barreiras de invisibilidade.

A globalização consolidou-se em um fator marcante na ascensão dos Movimentos Sociais que deixaram as fronteiras locais e nacionais e passaram a buscar objetivos comuns. Assim, fortaleceram-se e o seu “grito” foi possível ser percebido obtendo maior visibilidade e inclusão de reivindicações na Agenda Política de vários países.

As desigualdades e/ ou a soma delas, na sociedade brasileira contribuíram e/ou contribuem para a interdição como fator de dificuldade ao acesso a bens e a direitos. Desigualdades que perpassaram/ perpassam pela pobreza, pelo gênero, pela cor da pele, por não saber ler e escrever, entre outros.

Desigualdades que mascaram/ mascam intenções em manutenção de poder, hegemonia, entre outras coisas. A UNESCO, como um órgão internacional com uma visão chamada universalista “enxergou” as chamadas minorias, chamando a atenção do mundo para a dignidade, para o empoderamento, a partir do acesso de direitos, convocou países a acordarem ações para que juntos pudessem transformar o universo individual de pessoas.

A semente havia sido lançada há tempos, motivando novas ideias, novas expectativas que foram empreendidas, a partir de Leis, Decretos, Estatutos, Acordos, Conferências, Tratados no campo da Educação. Entre campanhas e ações

---

<sup>19</sup> <http://pensador.uol.com.br/frase/NjY1NjY5/>

que não tiveram sucesso por serem descontinuas, o analfabetismo persistiu aliando e intensificando outras formas de exclusão.

O século XXI, marcando a intenção de uma contínua transformação da sociedade brasileira, trouxe a promessa de um novo Programa de erradicação do analfabetismo na inclusão das chamadas “minorias” na agenda nacional.

O Programa Brasil Alfabetizado, criado pelo Governo Federal, em 2003, com o objetivo de universalizar a alfabetização oferecendo oportunidades ao acesso à educação para todos.

Dentre os pontos positivos do Programa em geral, este:

- Oportuniza o retorno ou a inserção aos bancos escolares daquele/a que nunca frequentou o ambiente escolar ou que se evadiu em algum momento;
- Assume caráter de Política Pública: com a preocupação não só de definição da Agenda ou formulação da mesma ou a implementação, destacando a ação de monitoramento e avaliação (Ciclo das Políticas Públicas), no sentido de um redesenho se preciso for do caminho palmilhado; (como já foi realizado e certamente sofrerá outras para melhor adequação);
- É integrado a outras Políticas do Governo Federal e o analfabetismo pode ser percebido como integrante de um conjunto de vulnerabilidades;
- Agrega, além do conhecimento das letras, outras oportunidades como participar do Projeto Olhar Brasil (saúde dos olhos), entre outros.

Como pontos questionáveis do Programa pontua-se:

- A escassez de tempo hábil para a alfabetização: acredita-se que para esse intento o período destinado pelo Programa de 06 a 08 meses (a cargo dos Gestores) constitui pouco tempo;
- Após 11 anos de sua criação ainda não se faz presente em todo território nacional; (divulgado pela mídia)<sup>20</sup>
- As estatísticas demonstram que o analfabetismo no Brasil ainda caminha a largos passos;<sup>21</sup>
- A “ambiguidade” entre a inclusão na letra (legislação) e a inclusão de fato conforme cito nas discursões: (Educação antirracista; da temática Velhice; visibilidade do analfabeto-idoso).

<sup>20</sup> <http://www.tvcentroeste.com/governo-quer-ampliar-brasil-alfabetizado-para-todos-os-municipios/>

<sup>21</sup> <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/01/brasil-nao-atingira-meta-para-reduzir-analfabetismo-entre-adultos-diz-inep.html>

O longo período de desigualdades denotou muitas perdas. Uma delas foi o orgulho de pertencimento: ser negro/a, ser mulher, ser idoso/a, entre outros. A legitimidade do direito traz o empoderamento, a autoestima e melhora a autoimagem. O ambiente escolar, como espaço de relação de diferentes, precisa resgatar e dar sentido no respeito às diferenças, equidade e dignidade.

Os estudos realizados permitiram um breve conhecimento do Programa Brasil Alfabetizado como uma Política Pública, que para maior efetividade no combate das desigualdades sociais que se agregam e se misturam, torna-se necessário uma articulação entre outras políticas contribuindo para este mister por meio de ações que conjuguem intersectorialidade, interseccionalidade e transversalidade, para que seu resultado abarque necessidades reais de demandas existentes.

A intersectorialidade justifica-se na perspectiva que se deve ter integração nas ações da gestão das políticas sociais, pois isoladamente um único órgão teria dificuldades para a finalidade proposta. A interseccionalidade compreende eixos de subordinação, ou seja, percebe a complexidade da situação de indivíduos e grupos e suas necessidades e a transversalidade possibilita a compreensão de múltiplas diferenças e desigualdades (HEINBORN, 2010, MOD V, p.40).

Em outras palavras, a eficácia em resultados no que se refere a políticas públicas, depende sobremaneira no agir articuladamente lançando o olhar sobre o objetivo a atingir.

Essas constituem as considerações atuais, visto que o Programa Brasil Alfabetizado-PBA continua em andamento, no que se refere à legislação e ao atrelamento de políticas públicas. O PBA inclui a especificidade em gênero, raça e idade. Espera-se com as avaliações realizadas pelo Órgão responsável - SECAD que este possa se aprimorar com as demandas existentes e suas diretrizes, normas, e princípios e que estes sejam cumpridos (não permanecendo apenas no papel) permeando ( de fato e de direito) as especificidades, vulnerabilidades, valorando a pessoa humana. Espera-se ainda que esta temática possa ser objeto de interesse da sociedade civil, dos Movimentos Sociais para outras pesquisas e discussões para aprimoramentos e maiores avanços aos objetivos que se propõe.

## REFERÊNCIAS

AREND, S. F. Trabalho, Escola e Lazer. In: PINSKY, C.B. e PEDRO, J. M. (ORG) **Novas Histórias das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 05 de outubro de 1988. Art. 205, Art 208 e Art.214. Disponível em: <[www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br)>. Acesso em: 06/04/2014

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3.353 em 13 de maio de 1888**. DECLARA EXTINTA A ESCRAVIDÃO NO BRASIL. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/> COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1888. PARTE I. TOMO XXXV. P. 1. Acesso em 06/04/2014

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96**. ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. LDB Art 37 e Art 38. D.O. DE 23/12/1996, P. 27833. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/> Acesso em 08/04/2014

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172/2001, 09 de janeiro de 2001 PNE**. Art. 1º. Art.2º. Art. 3º. APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. D.O. DE 10/01/2001, P. 1 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/> Acesso em 06/04/2014.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.880, de 09 de julho de 2004. PNATE**. Art. 1º INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE E O PROGRAMA DE APOIO AOS SISTEMAS DE ENSINO PARA ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DISPÕE SOBRE O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO, ALTERA O ART. 4º DA LEI Nº 9.424, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. D.O.U.DE11/06/2004,P. Disponível em [Http://www.planalto.gov.br/](http://www.planalto.gov.br/) Acesso em 06/04/2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994. PNI**. Art. 1º E Art. 2º DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO, CRIA O CONSELHO NACIONAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. D.O. DE 05/01/1994, P. 77 Disponível em [Http://www.planalto.gov.br/](http://www.planalto.gov.br/) Acesso em 06/04/2014

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso**. Art. 1º. DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. D.O.U. DE 03/10/2003, P. 1. Disponível em [Http://www.planalto.gov.br/](http://www.planalto.gov.br/) Acesso em 06/04/2014

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.492 de 02 de junho de 2011. Plano Brasil Sem Miséria. Art. 1º. INSTITUI O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA. D.O.U. DE 03/06/2011, P. 6. Disponível em [Http://www.planalto.gov.br/](http://www.planalto.gov.br/) Acesso em 06/04/2014

\_\_\_\_\_. **Decreto no 6.135, de 26 de junho de 2007. Cadastro Único**. DISPÕE SOBRE O CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. D.O.U. DE 27/06/2007, P. 3.Disponível em [Http://www.planalto.gov.br/](http://www.planalto.gov.br/) Acesso em 06/04/2014

\_\_\_\_\_. **Lei 10.836/2004 CRIA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.** ALTERA A LEI N.º 10.689, DE 13 DE JUNHO DE 2003, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. D.O.U. DE 12/01/2004, P. 1 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004 Art. 1º. REGULAMENTA A LEI Nº 10.836, DE 09/01/2004, QUE CRIA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. D.O.U. DE 20/09/2004, P. 3 Disponível em [Http://www.planalto.gov.br/](http://www.planalto.gov.br/) Acesso em 06/04/2014.

\_\_\_\_\_. MEC/UNESCO; COLEÇÃO EDUCAÇÃO PARA TODOS – Volume: 06; da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In: ROMÃO, Jeruse (ORG); **História da educação do negro e outras histórias.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005a.

\_\_\_\_\_. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX. In: ROMÃO, Jeruse (ORG); **História da educação do negro e outras histórias.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005a.

\_\_\_\_\_. COLEÇÃO EDUCAÇÃO PARA TODOS. Volume 03; DI PIERRO: Um Balanço da Evolução Recente da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: **Construção coletiva:** contribuições à Educação de Jovens e Adultos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/ Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (Org.). UNESCO/MEC, Brasília, 2006 b.

\_\_\_\_\_. COLEÇÃO EDUCAÇÃO PARA TODOS – Volume: 18; HENRIQUES, R.; BARROS, R. P.; AZEVEDO, J. P. (Org.) **Brasil alfabetizado:** caminhos da avaliação. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006 c.

\_\_\_\_\_. HENRIQUES, Ricardo; IRELAND, Timothy. A Política de Educação de Jovens e Adultos no governo Lula. In: HENRIQUES, R.; BARROS, R. P.; AZEVEDO, J. P. (Org.) **Brasil alfabetizado:** caminhos da avaliação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/ Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (Org.). UNESCO/MEC, Brasília, 2006 c.

\_\_\_\_\_. HENRIQUES, Ricardo. Alfabetização e Inclusão Social: contexto e desafios do Programa Brasil Alfabetizado. In: HENRIQUES, R.; BARROS, R. P.; AZEVEDO, J. P. (Org.) **Brasil alfabetizado:** caminhos da avaliação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/ Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (Org.). UNESCO/MEC, Brasília, 2006 c.

\_\_\_\_\_. COLEÇÃO EDUCAÇÃO PARA TODOS – Volume 19; HENRIQUES, R.; BARROS, R. P.; AZEVEDO, J. P.; (Org.) **Brasil alfabetizado:** experiência de campo de 2004. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006 d.

\_\_\_\_\_. TORRES, Maria Madalena. Síntese dos Relatórios de Aplicação dos Instrumentos de Avaliação Cognitiva: conhecimentos matemáticos, língua escrita e perfil socioeconômico. In: HENRIQUES, R.; BARROS, R. P.; AZEVEDO, J. P.; (Org.) **Brasil alfabetizado:** experiência de campo de 2004. Brasília: Secretaria de

Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006 d.

\_\_\_\_\_. **Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado:** elementos para a formação de coordenadores de turmas e de alfabetizadores. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Brasília, 2011e.

\_\_\_\_\_. Orientação e Ações para a Educação das Relações Étnicas-Raciais. In: CAVALLEIRO, Eliane. **Introdução**. Brasília: SECAD, 2006 f.

\_\_\_\_\_. HADDAD, Sergio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. In: FAVERO, Osmar; IRELAND, Timothy Denis (ORG) –Volume 07 - **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2007g.

\_\_\_\_\_. GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. In: FÁVERO, Osmar; IRELAND, Timothy Denis. (ORG) – Volume 07 - **Educação como Exercício de Diversidade**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2007 g.

\_\_\_\_\_. UNESCO. **Alfabetização como liberdade**. Brasília: MEC/UNESCO, 2003 a.

\_\_\_\_\_. HENRIQUES, R. **Raça e gênero no sistema de ensino:** os limites das políticas universalistas na Educação. Brasília: MEC/ UNESCO, 2002.

CARVALHO, M. **Primeiras letras:** alfabetização de jovens e adultos em espaços populares. São Paulo: Ática, 2009.

CORTES, I. R. A trilha legislativa da Mulher. In: PINSKY, C.B.; PEDRO, J. M. (ORG) **Novas Histórias das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

DIAS, Maria Odila. Escravas: resistir e sobreviver. In: PINSKY, C.B.; PEDRO, J. M. (ORG). **Novas Histórias das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

FREIRE, A.M.A. **Analfabetismo no Brasil:** da ideologia do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as CATARINAS (Paraguaçu), FILIPAS, MADALENAS, ANAS, GENEBRAS, APOLÔNIAS e GRACIAS até os SEVERINOS. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 1993.

HABNER, J. E. Mulheres de Elite: honra e distinção das famílias. In: PINSKY, C.B.; PEDRO, J. M. (ORG) **Novas Histórias das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

HEINBORN, M. L.; ARAÚJO. L.; BARRETO, A. (Org.). **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça – GPP – GER – Módulo I a VI**. Brasília: Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTOS, R. A. de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo; Contexto, 2007.

NEPOMUCENO, B. Mulheres Negras: protagonismo ignorado. In: PINSKY, C.B.; PEDRO, J. M. (ORG) **Novas Histórias das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia; PIZA, Edith. Analfabetismo: gênero e raça no Brasil. In: **Revista UPIS**. São Paulo, Dezembro/Fevereiro/95/96.

ROSEMBERG, Fúlvia; MADSEN, Ninam. Educação Formal, Mulheres e Gênero no Brasil contemporâneo. ONU MULHERES. BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (ORG). In: **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

SCHUMAHER, S; BRAZIL, É. V. **Um Rio de Mulheres**: a participação das fluminenses na história do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: REDEH, 2003.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, G. F. da; SANTOS, J. A. dos; CARNEIRO, L. C. da C. (ORG.) **RSnegro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SIQUEIRA, André Boccasius. Vencer, crescer, aprender e fazer bons amigos. In: PICHLER, N. A.; TESTA, E. (ORG). **Ética e Educação**. Passo Fundo: UPF, 2007.